

Artigo

Os espaços de convivência na clínica com adolescentes na atenção psicossocial: contribuições da psicanálise

Cristina Lima da Rocha Cannas; Sandra Djambolakdjian Torossian

Resumo. Este artigo tem por objetivo compartilhar os resultados de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na atenção psicossocial, a partir dos “Espaços de Convivência”, dispositivo de cuidado destinado ao atendimento intensivo de adolescentes em grave sofrimento psíquico. Apresentam-se notas referentes às possibilidades de se tomar a convivência como ferramenta da clínica no tempo da adolescência. Para isso, faz-se uso de uma cena, que é material disparador para a construção de um Estudo Clínico. Essa cena destaca os efeitos da convivência para o sujeito a partir das tensões entre potencialidades e problemáticas desenroladas nas relações entre pares. As conclusões destacam a necessidade de um espaço-tempo protegido em que o se demorar em estar junto viabilize o enlace entre os sujeitos.

Palavras chave: convivência; adolescência; psicanálise; saúde mental.

Los espacios de convivencia en la clínica con adolescentes en atención psicossocial: aportes desde el psicoanálisis

Resumen. Este artículo tiene como objetivo compartir los resultados de una investigación de maestría desarrollada en atención psicossocial, a partir de los “Espacios de Convivencia”, dispositivo de atención destinado a la atención intensiva de adolescentes en sufrimiento psíquico severo. Se presentan notas sobre las posibilidades de utilizar la convivencia como herramienta clínica durante la adolescencia. Para ello, se usa una escena, la cual es el material disparador para la construcción de un Estudio Clínico. Esta escena destaca los efectos de la convivencia para el sujeto, a partir de las tensiones entre potencialidades y problemas desplegados en las relaciones entre pares. Las conclusiones destacan la necesidad de un espacio-tiempo protegido en el que darse tiempo para estar juntos posibilite el vínculo entre los sujetos.

Palabras clave: convivencia; adolescencia; psicoanálisis; salud mental.

* Psicóloga na Prefeitura Municipal de São Leopoldo (RS). Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), São Leopoldo, RS, Brasil. E-mail: crislrccannas@gmail.com

** Psicanalista. Professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia, coordenadora do Laboratório de Estudos em Psicanálise Literatura e Política (LEPLIP) e do Centro de Proteção e Acolhimento a mulheres na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: djambo.sandra@gmail.com

Living spaces in the clinic with adolescents in psychosocial care: contributions from psychoanalysis

Abstract. This article aims to share the results of a master's research developed in psychosocial care, from the "Spaces of Coexistence", a care device intended for the intensive care of adolescents in severe psychological distress. Notes are presented regarding the possibilities of using coexistence as a clinical tool during adolescence. For this, it makes use of a scene, which is triggering material for the construction of a Clinical Study. This scene highlights the effects of coexistence for the subject, from the tensions between potentialities and problems unfolded in the relationships between peers. The conclusions highlight the need for a protected space-time in which taking time to be together makes possible the bond between the subjects.

Keywords: coexistence; adolescence; psychoanalysis; mental health.

Les espaces de vie en la clinique auprès des adolescents en prise en charge psychosociale: apports de la psychanalyse

Résumé. Cet article vise à partager les résultats d'une recherche de master développée en prise en charge psychosociale, basée sur les Espaces de Coexistence, un dispositif de soin destiné à la prise en charge intensive d'adolescents en détresse psychologique sévère. Des notes sont présentées sur les possibilités d'utilisation de la coexistence comme outil clinique pendant l'adolescence. Pour cela, on se sert d'une scène, qui est un élément déclencheur pour la construction d'une Étude Clinique. Cette scène met en évidence les effets de la coexistence pour le sujet, à partir des tensions entre les potentialités et les problèmes déployés dans les relations entre pairs. Les conclusions mettent en évidence le besoin d'un espace-temps protégé dans lequel le fait de rendre plus de temps ensemble rend possible le lien entre les sujets.

Mots-clés: coexistence; adolescence; psychanalyse; santé mentale.

O presente artigo, derivado de uma dissertação de mestrado, apresenta os “Espaços de Convivência” como um dispositivo da clínica com adolescentes na atenção psicossocial, a partir de uma experiência na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij). Em seu desenvolvimento, a discussão sobre o tema da convivência dialoga com este dispositivo que se destina ao atendimento intensivo, em atenção diária, de adolescentes em condição de grave sofrimento psíquico. Para isso, inicia-se buscando delimitar o enquadre a partir do qual é possível tomar a convivência enquanto dispositivo da clínica na política de saúde mental, levando-se em conta as contribuições da psicanálise. Após, apresenta-se a delimitação conceitual utilizada pelas autoras acerca do público protagonista das construções aqui apresentadas: os sujeitos adolescentes. Finalmente são apresentados os achados a partir de uma cena, recurso metodológico utilizado para a construção da pesquisa.

A convivência como dispositivo clínico na política de saúde mental

Em “Psicologia das massas e análise do eu”, Freud (1921/2011) compartilha com os leitores a famosa parábola de Schopenhauer que faz metáfora ao tema da convivência humana: os porcos-espinho precisam se juntar para se aquecerem contra o frio, mas, à medida que se aproximam, os espinhos dos outros tornam-se insuportáveis, sendo necessário o afastamento. Com variações, a reflexão sobre as relações humanas perpassa a obra freudiana, destacando-se “Mal-estar na civilização” (Freud, 1930/2010a), texto no qual o autor situa a convivência entre os homens como uma das inevitáveis fontes de mal-estar para o sujeito. Este alerta freudiano,

sobre o atravessamento de afetos de hostilidade nas relações humanas, é o enquadre desde onde se parte para a apresentação dos resultados da investigação que tem como pergunta a possibilidade de tomada da convivência como dispositivo da clínica.

No contexto dos CAPS, os Espaços de Convivência são o dispositivo que operacionaliza o atendimento intensivo, possibilitando o acolhimento irrestrito a crises - função primordial deste serviço na Política de Saúde Mental instituída a partir da Reforma Psiquiátrica. Esse modo de atenção diária, mais do que a oferta de um certo tipo de atendimento, é a própria razão de ser de um CAPS; é a justificativa para sua inclusão na implantação dessa política, que tem a pretensão de destituir a lógica excludente de relação da sociedade com o adoecimento psíquico.

Uma das características mais importantes desse espaço reside na disponibilidade para a escuta de situações não programadas, ou seja, daquelas que escapam à lógica dos atendimentos agendados - sejam eles individuais ou coletivos. Além disso, esse modo de cuidado é o que possibilita a convivência entre profissionais e usuários em espaços de circulação, bem como a abertura para que os últimos estejam no serviço, ainda que sem participar de qualquer atividade planejada.

Nessa perspectiva, em artigo sobre o tema, Schenkel et al. (2022) destacam os efeitos de desinstitucionalização em uma experiência de espaço de convivência, a qual desacomodou a prévia organização cotidiana, bem como a “grade de horários de oficinas” e de outros espaços programados. Ressaltam os autores que a desinstitucionalização não se dá sem uma certa disposição ao encontro, ao entrar em contato e à recusa a responder facilmente a pergunta: “Mas o que é pra fazer?”, colocada por muitos participantes. Ao invés disso, sugerem a realocação do questionamento de outro modo: “O que podemos/queremos criar?”

Ainda em relação à experiência em espaços de convivência com diversos grupos, Möller et al. (2021) apontam para a necessidade de sempre se levar em consideração a singularidade dos sujeitos em relação às suas necessidades de vida/saúde.

Sobre a convivência com populações em contextos de violência, Villalón (2019) destaca a necessidade de acompanhar todas as dimensões dos processos que albergam a violência, e não somente desconstruir as categorias que têm sido naturalizadas. A pesquisa sobre a convivência, segundo a autora, deve acontecer em espaços nos quais se priorizem as lembranças das experiências de violência, que necessitam de uma gestão do cuidado, com fins pedagógicos, reparativos ou "transicionais".

Na experiência do CAPSij - cenário no qual se desenvolveu a pesquisa, foi o ingresso de crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas, a partir da promulgação da Portaria nº 3088 (Ministério da Saúde, MS, 2011), que convocou a equipe a um olhar mais atento à necessidade de sustentação desta proposta de cuidado. A chegada dessa Portaria, bem como a escuta e a leitura das peculiaridades da população em questão, evidenciou que ela não se submeteria à grade fechada de atendimentos, com horários bem delimitados. Tal forma de organização, costumeiramente denominada “ambulatorial”, caracterizava o funcionamento do serviço até então.

Após um período de elaboração e de amplas discussões coletivas, a equipe redesenhou os processos de trabalho, de forma a retomar a missão do CAPS como serviço forjado para a atenção imediata e intensiva aos momentos de crise e de agravamento da condição de sofrimento e fragilização psíquica. Dessa forma, remanejou grupos, oficinas e turnos de acolhimento a casos novos para se organizar em duplas de profissionais, preferencialmente multidisciplinares, responsáveis por cada turno de convivência (das 8h às 13h e das 13h às 18h). O objetivo principal dos Espaços de Convivência consistia em garantir cobertura para o cuidado fora dos espaços do “cardápio fechado”.

Esta transição fez a equipe do CAPSij se deparar com inúmeros desafios para colocar em ato um dispositivo que toma a convivência como mote, transportando para o CAPS a complexidade que envolve as relações sociais na adolescência. Tal complexidade desenhava a

questão que norteou a pesquisa, acerca da possibilidade de se tomar a convivência enquanto dispositivo da clínica.

No curso intitulado “Como viver junto: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos”, Barthes (1976-1977) explorou o “viver junto”, investigando formas de conviver que não implicassem na perda da liberdade individual. Para abordar a questão, que nomeou como um problema de ética da vida social, Barthes procurou empreendimentos que conciliassem o coletivo e o social, a autonomia do sujeito e a sociabilidade do grupo. O autor buscou em romances da literatura uma zona intermediária entre duas formas excessivas de viver juntos: o eremitismo e o convento. Nesse ponto, situou uma referência à psicanálise, que teria negligenciado o estudo de pequenos grupos, dedicando-se exclusivamente “ou ao sujeito em sua ganga familiar, ou à multidão” (Barthes, 2013, p. 19). A busca de Barthes por uma zona intermediária objetivou justamente escapar a tais formas que considerava repressivas e hostis, porque estruturadas segundo uma arquitetura do poder.

Considerando as diretrizes da reforma psiquiátrica, as experiências sobre os Espaços de Convivência até aqui levantadas, e os questionamentos de Barthes sobre as possibilidades do “viver junto”, retoma-se o diálogo com o campo da saúde mental. Neste, autores como Amarante (1998), Elia (2005), Lobosque (2003) e Onocko-Campos (2012) sustentam a necessidade de se ressituar a clínica como eixo balizador dos serviços da atenção psicossocial. Resende (2015) ressalta a necessidade de se romper ética e epistemologicamente com as tradições da clínica do campo da saúde que investem na medicalização da vida e que desconsideram as estratégias próprias dos sujeitos para lidarem com a experiência do sofrimento. Tenório (2001) propõe uma “clínica da reforma”, a qual se desloca do objetivo da cura, em direção à possibilidade do acompanhamento ao usuário na ampliação de suas condições para o gerenciamento da vida.

Nesse contexto, Onocko-Campos (2012) ressalta as contribuições da psicanálise ao campo da atenção psicossocial. A autora retoma o contexto do advento da psicanálise, ao sustentar que Freud subverteu a ordem vigente do final do século XIX, resgatando a função da escuta diante de algumas mulheres, tomadas como incapazes pelo saber médico. Assim, a psicanálise se coloca no cenário da atenção psicossocial com suas possibilidades de reconhecimento do sujeito do inconsciente ao postular que tanto usuários, quanto trabalhadores, agem movidos por razões que eles próprios desconhecem e sobre as quais não detém o controle. Tal reconhecimento implica em localizar o sujeito nas formações do inconsciente - sintomas, atos falhos, delírios -, que costumam ser consideradas empecilhos e entraves à razão (Tenório, 2001).

Pensar a clínica na atenção psicossocial de forma atravessada pela ética e pelos fundamentos da psicanálise, entretanto, implica na advertência de que não é possível uma mera transposição do *setting* analítico dos consultórios privados para os serviços de saúde mental. Se, aos usuários com grave comprometimento psíquico, a oferta de espaços individuais de escuta se fizesse suficiente, não teriam sido criados serviços especiais para o atendimento deste público (Onocko-Campos, 2012). Neste contexto, há que se tomar a psicanálise no diálogo com a construção de cada caso clínico, levando-se em conta as ferramentas das quais a reforma lançou mão para enriquecer a experiência do acompanhamento aos usuários.

Elia e Santos (2005) afirmam que o rigor da psicanálise não se define por qualquer enquadre concreto, mas sim pelo estabelecimento de um determinado espaço discursivo em que o sujeito seja tomado, em transferência, como sujeito da palavra e do inconsciente. Nos casos de autismo e psicose infantil, exemplificam os autores, o dispositivo cuja interação se dá entre muitos pacientes e muitos profissionais, e que se estende por um espaço e um tempo que ultrapassam as paredes do consultório e os limites temporais de uma sessão é o mais indicado; melhor e superior ao dispositivo clássico do *setting* analítico. Não se trata, nesse sentido, de um arranjo, de um improviso ou de uma adaptação contingente, mas sim da construção de um fazer clínico consoante com a complexidade das situações às quais o cuidado se destina.

É a partir dessas balizas que Resende (2015) situa a convivência desde sua incidência na clínica. Para essa autora, a convivência constitui-se como um dispositivo clínico, sob medida para todos e para cada um. Esta é uma formulação que convoca os profissionais a abandonarem qualquer centralidade na condução do cuidado, lançando mão de ferramentas que possibilitem encontrar-se "geográfica e psicologicamente" com cada um dos usuários (Resende, 2015, p. 182). Um trabalho artesanal que depende de se colocar em questão as relações de poder em cada pequena intervenção operada no cotidiano do serviço.

A partir dessas contribuições, pode-se afirmar que a convivência, em sua incidência clínica, constitui-se como o *estar com* e entre muitos pacientes e muitos profissionais, sem tempo ou espaço previamente delimitado. Um *estar com* entre vários, sem nenhum critério nosológico a priori, mas que exige o deslocamento de cada participante de si, para estar em relação com outros. Um *estar com* que se propõe a respeitar a radicalidade das diferenças e, nesta conjunção, buscar a viabilidade de um comum possível. Eis a complexidade do conviver: estar com os outros, compondo entendimentos, respeitando os ritmos alheios, negociando interesses comuns, é um desafio que se aprende, às vezes, às duras penas, porque o ser precisa do outro para se constituir humano.

Ao tratar dessa complexidade, alguns psicanalistas (Birman, 2017; Kehl, 2002; Onocko-Campos, 2012; Rosa, 2018) têm apontado para a falácia contemporânea que embala os sonhos neoliberais de independência, auto-suficiência e desapego à herança simbólica, enunciando seus efeitos nos modos de sofrimento que se apresentam na clínica. Trata-se de uma falácia porque, como mencionado acima, não é possível ser humano sem o outro. Este ponto da ética psicanalítica aparece na abertura de "Psicologia das massas e análise do eu": "Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social num sentido ampliado" (Freud, 1921/2011, p. 14).

A assertiva freudiana estabelece os parâmetros desde onde se propõe a assunção do sujeito em psicanálise. Lacan (1998a) radicaliza esse constructo ao estabelecer o inconsciente como o discurso do Outro, essa cadeia de elementos significantes a tecer a trama simbólica que precede o sujeito e lhe constitui. Todas as operações constitutivas do psiquismo passam pela linguagem, ou seja, mesmo aquilo que se costuma situar como o mais íntimo (o eu), constitui-se como superfície de decantação dos traços que os encontros com o mundo deixam no sujeito (Simoni & Rickes, 2008).

É possível afirmar, nesse sentido, que a assunção do sujeito se dá a partir de sua relação com o Outro, afinal o bebê humano, dada sua prematuridade, não reúne condições biológicas de sustentar-se solitariamente. É necessário um Outro a antecipar o surgimento do sujeito, nomeando-o desde muito primordialmente, mesmo antes do nascimento ou ainda quando suas manifestações não passam de automatismos corpóreos. Tal nomeação, por se dar previamente à possibilidade do bebê falar por si, só pode ser arbitrária, motivo pelo qual é nomeado como alienação este primeiro momento da vida, no qual se dá uma absoluta entrega ao Outro. Para se erigir um sujeito, entretanto, é preciso que esta condição de alienação seja passageira, instituindo-se um intervalo a possibilitar a separação e a constituição de um espaço próprio para si. Para esta operação de separação, o sujeito faz uso das condições ofertadas pelo Outro, atravessado pela cultura.

Este jogo entre alienação e separação que faz surgir o sujeito é também o jogo que vai erigindo o seu campo relacional com os semelhantes, e no qual se forjam seus modos de estar no mundo, bem como as aquisições desenvolvidas para dar conta da vida. É um jogo bascular exercitado no conviver, no trabalho psíquico que envolve a constituição de um espaço próprio e singular para si, mas também na relação com os outros, a partir dos encontros com o que a sua irremediável diferença produz.

Adolescência, alteridade e convivência

A dimensão alteritária ganha relevância no tempo da adolescência, tomada aqui não como um período do desenvolvimento associado a alguma faixa etária específica, mas como uma operação psíquica que marca a transição da infância à vida adulta (Ruffino, 2005). Uma operação desencadeada pelo marco biológico das transformações no corpo que irrompem com a chegada da puberdade (Calligaris, 2000; Kehl, 2004; Moreira; Rodrigues & Morganti, 2020; Rodolfo, 1992; Ruffino, 2005).

Rassial (1997) cunhou o termo “passagem adolescente” para afirmar a adolescência como um *tempo psíquico* no qual o sujeito vai elaborar as marcas da transformação da imagem de seu corpo, que se dá com a puberdade fisiológica. Para Rassial (1997), o conceito de adolescência teria validade do ponto de vista da psicanálise apenas nessa acepção, tomado enquanto “momento lógico de efetuação de uma operação simbólica”, para além da noção de uma “afecção imaginária do Eu, sob o efeito desse golpe de real que seria a puberdade” (p. 185). A passagem da identificação estrita ou familiar à identificação no laço social, ainda segundo o autor, situa o sujeito diante de um risco constante de pane, à medida em que ele deve, novamente, realizar algumas operações fundadoras. A esse reordenamento da constituição psíquica, o sujeito responde com os meios de que dispõe, sendo fundamental o respaldo de adultos que possam sustentá-lo nessa travessia.

Ao teorizar sobre a adolescência, Rodolfo (1992) propõe-se a pensar que pontos de estruturação subjetiva se cumprem neste tempo, que “trabalhos” precisam se dar para que o sujeito atravesse o caminho da infância à vida adulta. O conceito de trabalho é utilizado sob a perspectiva de trabalhos simbólicos a serem cumpridos, restituindo a posição ativa do sujeito contra uma certa propensão a concebê-lo preso passivamente como vítima ou como apoio de uma combinação de fatores. A operação de passagem do familiar ao extrafamiliar; a repetição transformada dos tempos do narcisismo e a passagem do brincar ao trabalhar são alguns dos trabalhos destacados pelo autor. Para Rodolfo (1990), a crise da puberdade, que desencadeia este processo, recoloca em questão todas as “aquisições construídas para o sujeito até o momento, rediscutindo os pontos da estruturação que poderíamos supor já consolidados” (p. 136).

As considerações de Rassial, ancoradas em Freud e Lacan, são retomadas por sua importância como sustentação para a clínica psicanalítica, dada sua presença em vários estudos nacionais que versam sobre adolescência (Alberti, 1999; Ruffino, 2005; Torossian, 2011; Viola & Vorcaro, 2015). Já as formulações de Rodolfo são retomadas em razão da dimensão que conferem ao sujeito em sua posição ativa diante dos acontecimentos que se desdobram neste tempo psíquico. Ambas construções, entretanto, apresentam limites quando referenciadas aos sujeitos adolescentes dos Espaços de Convivência no CAPSij, cujo curso de vida se desenrola em meio ao cenário brasileiro de violações e aliciamento de direitos, o que traz impactos à constituição subjetiva.

O campo da psicologia social opera uma crítica contundente ao conceito de adolescência, denunciando que seu uso faz preponderar a lógica biologicista de leitura do humano, desconsiderando os impactos do contexto social para o sujeito. Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) propõem o conceito de juventude como uma forma de subverter o jogo de poderes envolvidos nas leituras deterministas sobre adolescência. As autoras denunciam o atrelamento deste conceito às tentativas de “individualizar e interiorizar as questões sociais, e em psiquiatrizar e criminalizar os ditos desvios das normas” (Coimbra et al., 2005, p. 7). Para as

autoras, o uso do conceito de juventude possibilitaria o acento à diferença dos processos singulares, desconstruindo a noção de uma identidade adolescente equivalente a um modelo a ser seguido, ao qual é necessário se ajustar.

São pertinentes as ponderações trazidas por este campo discursivo, as quais colocam em discussão a precaução referente à tomada dos adolescentes aqui apresentados como situados em posição deficitária com relação a um modelo que seria universal. Entretanto, as reflexões de Moreira, Rosário e Santos (2011) remontam à necessidade de se considerar o trabalho psíquico que é condição para a transição ao mundo adulto, o qual é negligenciado nesta posição que situa a adolescência exclusivamente como invenção social. Para os autores, a adolescência não se resumiria a um reflexo das construções sociais, mas seria um processo situado neste contexto, influenciando-o e sofrendo sua influência. Ganham relevância, assim, as incidências do contexto histórico, social, econômico e político para este momento de passagem, mas sem perder de vista que há um sujeito convocado a tomar posição diante da vida, um sujeito implicado diante da tarefa de atravessar as operações envolvidas neste tempo psíquico.

Especialmente dois aspectos deste momento crucial para a constituição subjetiva são relevantes para a discussão acerca da proposta neste artigo. O primeiro diz respeito à transição que precisa se operar entre o familiar e o laço social ou entre o familiar e o extra-familiar. E o segundo, à própria importância deste momento, bem como das condições oferecidas ao sujeito para sua passagem. Para ambos os aspectos, salienta-se o papel dos pares como sustentação e suporte ao desenrolar deste processo em que corpo e sintoma se modificam.

Sobre os pares, Rodolfo e Kehl, desde posicionamentos distintos, fazem crítica à psicanálise em razão da negligência que atribuem ao campo no que diz respeito ao reconhecimento desta instância para o desenrolar da adolescência.

Kehl (2000), no texto “Existe a função fraterna?”, partindo do modelo das relações entre irmãos, dá destaque aos jogos identificatórios que se passam entre semelhantes. Para a autora, esta é uma noção com potencial para desnudar formas de relação que não se dão a partir do apagamento das diferenças singulares. Em sua concepção, as identificações fraternas, que são horizontais (em contraposição às identificações verticais com os ideais paternos), permitem a substituição de uma ilusão identitária por um campo identificatório diversificado. Nele, o sujeito poderá se mover, livre da exigência narcísica de ser sempre idêntico a si mesmo (Kehl, 2000).

Em distinção à proposição de Kehl (2000), Rodolfo (2017) não situa a figura do amigo como substituta das funções do irmão, à medida em que sua leitura procura deslocar do centro da teoria psicanalítica o complexo de Édipo e a familiarização das relações. Para Rodolfo, o amigo encarnaria uma espécie de função transicional entre o igual e o estrangeiro, entre aquele que reúne uma série de características e interesses compartilhados, e que, ainda assim, não deixa de afirmar sua radical diferença.

O amigo, então, poderia ser lido como uma ponte, uma proximidade que não apenas não se apoia no familiar, como, em muitos momentos, se coloca em contraponto com este. Ultrapassa as pretensas fronteiras, tanto do familiar quanto do, por vezes ameaçador e hostil, espaço externo, deslocando-se de um ao outro. O autor também postula a função do amigo como aquele com quem se faz mimetismo, quase um duplo (Rodolfo, 2017). Dá, assim, destaque aos processos identificatórios que se desenrolam na relação com este semelhante tomado desde o lugar de amigo, que, em alguns momentos, pode desembocar na função do duplo. Mesmo nestes casos, comparece a alteridade, afirma.

Evidentemente não é possível equivaler de forma simplista a imagem da amizade às relações estabelecidas entre os adolescentes no contexto dos Espaços de Convivência. Salienta-se, entretanto, que as relações entre pares ali estabelecidas colocam a operar jogos subjetivos ou exercícios de sociabilidade, em um ambiente acolhedor, que têm a potência de se constituírem como suporte ao transcorrer da passagem adolescente.

Metodologia

Os resultados aqui apresentados derivam de uma pesquisa de mestrado cujo problema emanou de um campo de práticas, tendo como proposta metodológica a construção de um Estudo Clínico (Rodulfo, 2004) que utilizou as *cenas* como recurso narrativo e forma de trabalhar a experiência. Tal escolha metodológica partiu da necessidade de fazer frente ao desafio de sustentar as tensões insolúveis da dupla posição “trabalhadora x pesquisadora” diante da experiência, para dela extrair notas e apontamentos relevantes para o campo das políticas públicas na interface com a psicanálise.

Esta tensão pode ser descrita a partir dos efeitos, na transferência, do trabalho nas políticas públicas, diante do descompasso entre a sua missão de proteção social e a materialização das práticas estatais, que, em muitos momentos, acentuam o desamparo (Torossian, 2020). Um atravessamento transferencial que se desdobra, no âmbito da pesquisa, na dificuldade em produzir leituras e conhecimentos diante da experiência de trabalho. No caso que originou esta pesquisa, a vivência investigada passou pela transformação nas formas de organização do trabalho em um serviço de saúde mental, na direção da abertura para o encontro com o imprevisível e para a escuta de adolescentes que vinham sendo (*não*) atendidos. A escolha de abdicar das barreiras da burocratização do acesso cobrou um preço dos profissionais que atuavam na linha de frente: o de se situar num estreito espaço, entre as complexas e infinitas demandas da população e a baixa capacidade de resposta dos serviços diante da precarização dos investimentos. A missão travestiu-se de impossível. Um impossível do trabalho que, em alguma medida, fez a aparição na pesquisa.

Diante disto, a construção da pesquisa exigiu o transcorrer de um *intervalo* entre a vivência e a possibilidade de interpelá-la desde a posição de pesquisadora, “com as lentes analíticas que a produção teórica possibilita” (Torossian, 2020, p. 9). A delimitação da noção de intervalo deu-se a partir da composição com diversas contribuições conceituais (Amor & Chatelard, 2016; Bondía, 2002; Jacintho, Kupfer & Vanier, 2019; Kaminski, 2010; Kehl, 2009; Oliveira, 2019), para chegar à proposição deste como condição de possibilidade para a pesquisa. Um espaço-tempo de resguardo da liberdade de criação que tornou possível o descolamento das demandas de urgência e excesso que se situavam em torno do objeto de pesquisa.

Neste contexto, a partir de pesquisa bibliográfica por trabalhos cujas produções emergem de campos de práticas (Medeiros, 2016; Rodrigues, 2017; Sousa, 2019; Wottrich, 2018), as *cenas* foram eleitas como forma narrativa e material do estudo. Esta forma dá contorno aos acontecimentos, mas ao mesmo tempo, se mostra capaz de sustentar os tensionamentos e as intensidades do campo de pesquisa. As cenas não são meras amostras comportamentais ou exemplares de formas de se relacionar. Elas apresentam operações que se produzem intersubjetivamente por meio de jogos constituintes atravessados por diversos processos.

A partir das cenas delinea-se um Estudo Clínico (Rodulfo, 2004), designado como a atitude do pesquisador diante dos materiais recolhidos na experiência da clínica. O estudo clínico,

enquanto atitude, constitui-se como uma maneira de contar e de pensar a clínica consonante com a sinuosidade que marca o tratamento analítico, “seus fluxos e refluxos - raramente lineares” (Rodulfo, 2004, p. 31). Apostar nesta forma de teorização implica em escapar de um ir e vir do campo ao pesquisar e da força da aplicação de um molde ao material, desdobrando perguntas ainda que respostas imediatas não sejam possíveis. Tal metodologia propõe um apego aos acontecimentos, uma abertura diante daquilo que “não se deixa administrar pelo estado atual de uma teoria e que lhe coloca problemas” (Rodulfo, 2004, p. 55).

Este artigo apresenta uma das quatro cenas que compõem a dissertação, além da discussão disparada por ela a partir do que coloca em jogo em sua interface com o tema da convivência.

Tales entre outros: sobre amizades e não cancelamento no se demorar em estar junto

Parece que o tempo de sua vida transcorreu em descompasso com o crescimento. Tales, aos 12 anos, se apresentou a nós como uma criança em um corpo quase adulto, a nos narrar, como se brincadeira fosse, uma sucessão de experiências intensas e violentas. O roteiro de sua entrada no CAPS nos era familiar: chegou, como tantos outros, encaminhado pelo judiciário e acompanhado por oficial de justiça, com indicação para internação compulsória por uso abusivo de drogas. Também como com tantos outros, logo entendemos que não se tratava de uma relação problemática com as drogas, mas sim de uma inserção intensa no tráfico e de um encantamento apaixonado por tudo o que remetia ao que os adolescentes nomeiam como a “vida loka”¹.

Além do oficial de justiça, foi uma familiar que lhe acompanhou ao serviço. Essa, fragilizada, estava de mudança para a cidade, onde buscava forças para retomar a vida após a morte do filho, em decorrência também do envolvimento com o tráfico. Assim soubemos que Tales precisou mudar de cidade porque estava ameaçado de morte. Soubemos também que fora expulso de muitas escolas, onde sempre era visto como uma criança sem limites e violenta. Já nem lembrava há quanto tempo não estudava, tendo permanecido em aberto a dúvida sobre se chegou a frequentar a escola regularmente em sua vida.

Tales se encantou com o CAPS e passou a frequentá-lo quase que diariamente, nos Espaços de Convivência. Ali, deixava claro seu interesse pelas meninas, em cujo olhar buscava encontrar reconhecimento e admiração. Identificava-se com os outros meninos da “vida loka”, com os quais, em vários momentos, roubava a cena dos encontros coletivos a desenvolver narrativas cheias de emoção, que mais pareciam descrição de filmes policiais. Narrativas que deixavam os demais adolescentes siderados e a equipe em polvorosa, sem saber muito bem qual seria o ponto de corte após o qual não deveríamos mais escutar - nem deixar que os outros usuários escutassem.

Em uma tarde de convivência, o adolescente contou, às gargalhadas, que havia matado um gato de rua que cruzara seu caminho. Sem se dar conta de que os olhares não estavam receptivos ao feito, enumerou os detalhes sórdidos que envolveram a ação, despertando uma reação assustada das meninas que compartilhavam daquele conviver. Essas manifestaram repúdio diante de Tales, algumas ameaçaram romper relações, outras reagiram em tom de deboche a desqualificá-lo, outras manifestaram taxativamente que isso não era algo que

¹ Expressão que dá nome a uma música do grupo de Rap “Racionais MCs”, a qual desdobrou-se em vários outros “funks”. É utilizada pelos adolescentes para nomear um certo estilo de vida “marginal” que se caracteriza pelo envolvimento com atos ilícitos, bailes funks, e uso de drogas.

alguém legal pudesse fazer. Tales também assustou-se. E não era o susto de quem sabia que havia praticado um gesto equivocado. Foi ali que Tales tomou conhecimento de que matar animais não era aceitável.

O climão instalou-se no espaço e parecia não haver mais possibilidade de seguirmos. Tales avisou que precisava sair mais cedo porque tinha hora marcada para chegar em casa. Questionamos. Afinal, sabíamos que ainda havia tempo hábil para o percurso que faria de ônibus. Também aos risos, mas um tanto envergonhado, Tales contou que sairia mais cedo porque iria embora caminhando, como vinha fazendo quase que diariamente, embora dispusesse de cartão para o transporte coletivo. Uma caminhada de mais de hora que atravessava a cidade porque, sozinho, ele não conseguia identificar o ônibus correto para lhe levar até em casa. Tales não era alfabetizado. Foi assim que o rechaço produzido pela história do gato transformou-se em consternação e empatia diante de tamanha fragilidade. As meninas que o haviam condenado pelo assassinato do bichano formaram rapidamente uma rede de apoio, o acompanharam até a parada e o ensinaram outros signos que tornavam possível a identificação do ônibus correto.

O olhar e a escuta diante da cena de Tales convocam a pergunta acerca desta posição entre o universo adulto e infantil que aparece como primeira apresentação do protagonista ao leitor. Uma posição entre a criança que brinca e se diverte contando histórias e o corpo adulto, sexualizado, que se deixa capturar pelo olhar das meninas que busca atrair. Um *entre* relacionado com o que se convencionou nomear como adolescência.

O que salta aos olhos na cena e será destacado neste artigo são os efeitos da passagem de Tales pelos Espaços de Convivência, com seu potencial de produzir encontros. Que jogos de subjetivação estão colocados nesta cena? O que a forma como estes personagens se relacionam diz sobre eles e sobre as formas de relação na contemporaneidade? O que as formas de relação ali narradas fazem depreender sobre os efeitos desta clínica que se opera a partir da possibilidade de “estar com”?

A cena evidencia os movimentos de um Tales desejoso de estar naquele espaço que lhe reconheceu como sujeito, desejoso de despertar olhares e ouvidos interessados em suas histórias. Apresenta, ainda, um menino envergonhado ao pressentir que a forma como se enunciou desagradou aqueles cujo interesse vinha buscando sustentar.

Foi a reação de horror das meninas com quem vinha tecendo laços de afeto que lhe convocou a ressituar-se diante da gravidade de seu ato. A posição das adolescentes se colocou, naquele momento, como um contorno que fez borda a um gozo sem limites e que operou o ponto de corte quanto aos parâmetros do que poderia ou não ser compartilhado socialmente (Rosa, 2004). O encontro com o outro desejante, com a diferença, trouxe um impacto que reconfigurou, para Tales, o valor daquela ação. Antes orgulhoso, ele, agora envergonhado, pede para ir embora.

A reconfiguração disparada pelos pares de Tales remonta à importância das relações estabelecidas com os semelhantes para a existência humana, especialmente no tempo da adolescência (Kehl, 2000; Rodulfo, 2017). Ao relatar seu ato como um feito a ser elogiado e reconhecido, Tales surpreendeu-se ao ver devolvida pelo espelho de seus companheiros a imagem da crueldade e do estranhamento. A reação espontânea das colegas de convivência não partiu da leitura técnica de quem associa uma conduta a uma manifestação sintomática de algum quadro nosológico, tampouco do olhar adulto que de forma pedagógica transmite os códigos sociais. Não são indiferentes, nesse sentido, a forma e o momento em que a narrativa veio à tona, possibilitando o destino descrito.

Do lado das meninas, o encontro com a alteridade encarnada em Tales produziu, num primeiro momento, um efeito distinto do reposicionamento nele despertado. A situação, neste caso, desencadeou um movimento de exclusão que ameaçou o enlace afetivo. O vislumbre da violência, exposta como um traço do semelhante, repercutiu em uma reação segregatória. É como se, de repente, este traço redimensionasse a figura de Tales, deixando de ser um traço para se tornar sua essência. A pressa em condenar o outro por um ato repudiado faz a função de isentar o sujeito da reflexão acerca de seus próprios fantasmas violentos e agressivos, garantindo uma espécie de apaziguamento. O que assusta nesse contato com o estranho, tornado ameaçador, pode-se afirmar a partir de Freud, diz respeito ao que este desnuda acerca dos conteúdos que subjazem inacessíveis, o que desvela daquilo que não se quer saber sobre si (Freud, 1919/2010b).

Caso o encontro tivesse sido encerrado logo após a narrativa do assassinato, as meninas não teriam conhecido a outra faceta de Tales, aquela que gerou comoção e a rede de apoio posterior. No se demorar em estar junto, após o rechaço provocado pelo ato brutal, o olhar do coletivo deslizou, ofertando cuidado ao menino em desamparo e produzindo em ato o acolhimento que habita mais as páginas das normativas das políticas de saúde do que propriamente a realidade dos serviços (MS, 2007). Aqui faz-se pertinente uma analogia com as formas de se relacionar que se tecem nas redes sociais, em que, diante do encontro com uma face indesejada do outro, este se desvanece no ar diante de um simples toque “cancelador” dos dedos.

Nesse sentido, duas vias podem ser tomadas para se analisar a passagem da segregação ao acolhimento na cena em questão. A primeira delas concerne ao mencionado como um “se demorar em estar junto”, uma extensão do tempo em convivência, que possibilitou que, à luz da cena do ônibus, a cena do assassinato do gato tomasse outro sentido. Extensão de tempo que, associada às formulações de Lacan (1998b), designa o tempo de compreender, a suspensão temporal operada entre o momento de ver e o instante de concluir. No texto “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada”, Lacan (1998b) expõe, por meio de um sofisma, a lógica temporal que engendra a assunção do sujeito do inconsciente. Segundo a formulação, é neste tempo intervalar que se instaura a possibilidade de uma “referência do eu ao outro” (Lacan, 1998b, p. 211), um tempo em que se dá uma relação de reciprocidade a partir da qual o sujeito, num momento depois, ascende à posição de certeza sobre si. Para Moschen (2020), há, nesta construção, uma indicação de Lacan acerca de coletividades possíveis, à medida em que “o tempo para compreender implica o estabelecimento de uma certa “comunidade”, de uma comum unidade, de uma identificação ao outro como movimento que precede o momento de separação” (Moschen, 2020, s. p.). O reconhecimento de si passa pelo encontro com o outro, depreende-se a partir desta construção.

Às meninas da cena, só foi possível abrir mão do cancelamento de Tales, resposta especular à violência exposta pelo menino, quando compreenderam que ele *era o gato*. Foi preciso, assim, uma demora, uma suspensão das respostas imediatas, não medidas psiquicamente, para que se desenvolvesse alguma empatia por ele e, dessa forma, a possibilidade de enlace.

A outra via de análise está relacionada com a fragilidade exposta por Tales. O reconhecimento do desamparo e da precariedade é considerado por Birman (2017) um caminho importante para o enlace do sujeito com o semelhante. Tal reconhecimento, enquanto condição constitutiva, tanto sua quanto do outro, igualaria todos no mesmo ponto de partida diante da vida, sustentando a assunção de um laço fraternal. O autor vislumbra na fraternidade uma espécie de saída para os ideais ultra-individualistas que forjam o laço social contemporâneo, à medida em que portaria a potência de uma reconfiguração das subjetividades.

Em acordo com este entendimento, Moreira (2005) propõe que a certeza acerca da inevitabilidade do desamparo que é possível depreender de Freud (1930/2010a), em “Mal-estar na Civilização”, aponta para um viés menos pessimista das relações humanas. O reconhecimento do próprio desamparo, e do desamparo do outro, impeliria o sujeito ao controle dos impulsos destrutivos diante de seu semelhante, justamente pelo reconhecimento de que é este que o socorre do desamparo estrutural que o habita. Assim, se a violência de Tales diante de um ser indefeso chocou aquele coletivo, produzindo uma ameaça de ruptura no vínculo, operou-se uma torção na relação quando o autor do ato, ele mesmo, mostrou-se também precário e indefeso.

Nessas duas vias elencadas, entre as tantas possíveis, para a leitura do desenlace da cena de Tales, reside o ponto em que a discussão sobre os Espaços de Convivência se articula com uma reflexão de fundo sobre o cenário político nacional: quais as condições para a constituição mínima de um nós? Estas vias se colocam, assim, como caminhos apontados para que se vislumbrem modos de estar em coletivo que escapem às características alienantes da massa, mas que, ao mesmo tempo, não negligenciem o imperativo desafio que se coloca para os tempos atuais, acerca da reinvenção de um nós, ainda que precário e provisório. Um nós, é importante que se diga, que prescindia da necessidade de investir um *eles*, sobre o qual se deposite tudo aquilo que não se suporta reconhecer em si mesmo.

Para concluir

Para Tales, a busca pela *justa medida para todos e para cada um* (Resende, 2015) que caracteriza o dispositivo da convivência constituiu-se como fiadora da vinculação ao CAPS. Estando tecida a vinculação, apareceram os desafios inerentes ao conviver. Desafios que, naquele espaço fechado, se apresentaram denunciando a complexidade que envolvem, vida afora, os múltiplos jogos subjetivos que se dão no estabelecimento das relações humanas.

No exercício de encontrar o outro, geográfica e psiquicamente - desafio para as equipes, tanto para viabilizar o processo de vinculação, quanto para lidar com os impasses do conviver, a psicanálise pode trazer contribuições importantes na sustentação às intervenções. A partir da proposição de escuta ao sujeito do inconsciente, que faz sua aparição justamente nos restos que costumam ser relegados, faz-se possível vislumbrar os sintomas como expressão do sujeito, que precisa ser escutada. Esta proposição dialoga com o que é prerrogativa da clínica na atenção psicossocial, a qual convida as equipes a acompanharem o usuário em suas andanças pela vida, com o objetivo de ofertar suporte na ampliação das trocas sociais.

Desenha-se, assim, a imagem do CAPS, e das convivências, mais especificamente, como um espaço-tempo experimental, sustentado por adultos disponíveis ao encontro. Aqui, *experimental* ganha o sentido da disponibilização do exercício de trocas disparadoras de ensaios de sociabilidade, garantindo acolhida irrestrita às diversas formas de sofrimento e de existir, em que impasses, desavenças, desencontros possam ser manejados em ato, no coletivo. Ademais, toma a dimensão de resguardo, de um espaço protegido de preconceitos, que ensaia outros destinos para os movimentos de exclusão e segregação para além dos cancelamentos. Os Espaços de Convivência são, assim, um dispositivo clínico que enseja a potência de viabilizar a reedição do enlace com o outro, produzindo encontros que oportunizam a ressignificação das possibilidades de *estar com*.

Trata-se da proposição de um espaço *intervalar*: um parêntese, o tempo de compreender, o tempo de suspensão das certezas e das respostas imediatas - condição que pode viabilizar a conexão com o outro e sua diferença irremediável. Um espaço-tempo, também, do se *demorar em estar junto* no qual se desnudam as evidências dos inúmeros traços outros do sujeito que não o tornam passível de ser resumido a um ato, um dito, um erro, uma ação violenta. Mas que, também, viabiliza a responsabilização pelas ações de cada um, dando a ver os seus efeitos para os outros tantos que compartilham deste conviver.

Um espaço-tempo nessas condições, parece estar, infelizmente, mostrando-se raro. E é justamente neste ponto que o tema da convivência voltado à clínica tão específica do tempo da adolescência se encontra com uma reflexão mais ampla, que diz respeito às condições para a produção de arranjos mais solidários no laço social. Para Resende (2015, p. 584), uma proposta de convivência nestes termos poderia ser pensada como um “antídoto para a solidão”, mas para a solidão que não é escolha, e sim marca dos processos de exclusão daqueles, cada vez mais numerosos, cujas formas de existir se contrapõem às lógicas majoritárias da vida econômica, social e política contemporânea.

Referências

- Alberti, S. (1999). *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro, RJ: Rios Ambiciosos.
- Amarante, P. (Coord.). (1998). *Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil* [online] (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz. Doi: <https://doi.org/10.7476/9788575413357>.
- Amor, A. R. S.; & Chatelard, D. S. (2016). Considerações sobre tempo e constituição do sujeito em Freud e Lacan. *Tempo psicanal.* [online], 48(1), 65-85.
- Barthes, R. (2013). *Como viver junto: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos: cursos e seminários no Collège de France, 1976-1977* (2a ed.). São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes.
- Birman, J. (2017). *Arquivos do mal-estar e da resistência* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28.
- Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. São Paulo, SP: Publifolha.
- Coimbra, C. C.; Bocco, F.; & Nascimento, M. L. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11.
- Elia, L. (2005). A rede da atenção na Saúde Mental: articulações entre Caps e ambulatórios. In Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infante Juvenil* (pp. 45-48). Brasília, DF: Autor.
- Elia, L.; & Santos, K. W. A. (2005). Bem-dizer uma experiência. In: M. M. de Lima & S. E. Altoé. (Orgs.). *Psicanálise, clínica e instituição* (pp. 260-281). Rio de Janeiro, RJ: Rios Ambiciosos.
- Freud, S. (2010a). Mal-estar na civilização. In S. Freud. *Obras Completas* (Vol. 18, pp. 13-122). Rio de Janeiro, RJ: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).

- Freud, S. (2010b). O inquietante. In S. Freud. *Obras completas* (Vol. 14, pp. 328-376). Rio de Janeiro, RJ: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud. *Obras Completas* (Vol. 15, pp. 13-112). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- Kaminski, A. L. (2010). Ressonâncias entre psicanálise e arte: intervalos, desmontagens e rearticulações. *Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação*, Blumenau, 4(2), 152-170.
- Kehl, M. R. (2000). Existe uma função fraterna? In M. R. Kehl (Org.). *Função Fraterna*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Kehl, M. R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. In R. Novaes, & P. Vannuchi (Orgs.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação* (pp. 89-114). São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Jacinto, A. F. L.; Kupfer, M. C. M.; & Vanier, A. (2019). A função de intervalo do espaço de acolhimento para pequenas crianças e seus pais. *Ágora*, Rio de Janeiro, 22(3), 335-342. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142019003009>
- Lacan, J. (1998a). *O seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (1998b). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In J. Lacan. *Escritos* (p. 197-213). Rio de Janeiro: Zahar
- Lobosque, A. M. (2003). *Clínica em movimento: Por uma sociedade sem manicômios*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Medeiros, R. H. A. (2016). *Residência integrada em saúde: a torção do discurso universitário na cena de formação do profissional em saúde*. Porto Alegre, RS: Rede UNIDA.
- Ministério da Saúde. (2002). *Portaria n° 336, de 19 de fevereiro de 2002*. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html
- Ministério da Saúde. (2011). *Portaria N ° 3088, de 23 de dezembro de 2011*. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
- Möller, C. D., Bruckmann, G., Barros, G. R., Filha, V. A. V. dos S., Fedosse, E. Qualidade de vida de sujeitos com afasia participantes de um grupo interdisciplinar de convivência. *CoDAS*, 33(6), 1-7. Doi: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202019288>
- Moreira, J. O. (2005). A alteridade no enlaçamento social: uma leitura sobre o texto freudiano “O mal-estar na civilização”. *Estudos de Psicologia*, 10(2), 287-294.
- Moreira, J. de O., Rodrigues, B. F. & Morganti, J. (2020). Vicissitudes das adolescências na semiliberdade: da fragilização dos laços à busca de si. *Estilos da Clínica*. 25(1), 89-104. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i1p89-104>

- Moreira, J. O., Rosário, Â. B., Santos, A. P. (2011). Juventude e adolescência: considerações preliminares. *Psico*, Porto Alegre, 42(4), 457-464.
- Moschen, S. (2020). O tempo para compreender e a construção de um comum. *Correio da APPOA*, (299). Recuperado de https://appoa.org.br/correio/edicao/299/o_tempo_para_comprender_e_a_construcao_de_um_comum/855
- Oliveira, A. S. P. (2019). *A função-supervisão: efeito de um método narrativo de partilha e cuidado em equipe na escuta com a rua*. (Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- Onocko-Campos, R. T. (2012). *Psicanálise e saúde coletiva: interfaces* (2a ed). São Paulo, SP: Hucitec.
- Rassial, J. J. (1997). *A passagem adolescente: da família ao laço social*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios.
- Resende, T. I. M. (2015). *Eis-me aqui: a convivência como dispositivo de cuidado no campo da saúde mental*. (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília). Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21117>
- Rodrigues, M. R. (2017). *Olhar, rachar, narrar: cenas de um pesquisar em encontros* (Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- Rodulfo, R. (1990). *O brincar e o significativo: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Rodulfo, R. (1992). *Estudios Clínicos: Del significativo al pictograma a través de la práctica psicoanalítica*. Buenos Aires, Argentina: Paidó.
- Rodulfo, R. (2004). *Desenhos fora do papel: da carícia à leitura-escrita na criança*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Rodulfo, R. (2017). *Ensayos sobre el amor en tiempos digitales: dominios sin dueño*. Ediciones Paidós: Buenos Aires.
- Rosa, M. D. (2004). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. In APPOA – Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org). *Adolescência: um problema de fronteiras*. Porto Alegre: APPOA.
- Rosa, M. D. (2018). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento* (2a. ed). São Paulo, SP: Escuta/Fapesp.
- Ruffino, R. (2005). A Adolescência e o declínio da função social da imago paterna. *Textura: Revista de Psicanálise*, 5(5), 44-51.
- Simoni, A. C. R.; & Rickes, S. M. (2008, jul./dez.). Do (des)encontro como método. *Currículo sem Fronteiras*, 8(2), 97-113.
- Schenkel et al. (2022). Saúde mental, arte e desinstitucionalização: um relato estético-poético-teatral de uma ocupação da cidade. *Ciênc. saúde coletiva*, 27(01), 39-48. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.20002021>
- Sousa, K. J. S. (2019). *A cena como dispositivo da clínica psicanalítica no campo da saúde mental*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre.

- Tenório, F. (2001). *A psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro, RJ: Rios Ambiciosos.
- Torossian, S. D. (2011). “Sem limites” ou “sem saída”? Ensaio preliminar. In APPOA – Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org). *Autoridade e Violência*. Porto Alegre, RS: APPOA.
- Torossian, S. D. (2020). *Narrativas literárias na construção de um método para a clínica psicanalítica das vulnerabilidades*. [Não publicado] (Relatório de Pós-Doutorado Senior). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), Belo Horizonte.
- Vieira, D. T. D. & Vorcaro, A. M. (2015). O problema do saber na adolescência e o real da puberdade. *Psicologia USP*, 26(1), 62-70. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-656420130037>
- Villalón, A. (2019). El cuerpo culpable en el espacio público: de disidencias, traiciones y arrepentimientos en la convivencia vasca. *Mana*, 25(1), 189-219. Doi: <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n1p189>
- Wottrich, L. A. F. (2018). *A casa dos cata-ventos em cena(s)*. (Dissertação de Mestrado) Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202550/001102704.pdf?sequence=1%20&isAllowed=y>

Revisora gramatical: Antônia Madeira Rodrigues
E-mail: antoniamadeirar@gmail.com

Recebido em novembro de 2022 – Aceito em julho de 2023.